



Setor privado acha que plano do Governo contra a inflação virá através de medidas sucessivas

Empresários aceitam negociar redutor

SÃO PAULO — O plano do Governo para debelar a inflação virá em doses sucessivas até o início do próximo ano e muitas de suas medidas poderão ser negociadas com a sociedade e os agentes econômicos. A análise é de um grupo de banqueiros e industriais que estiveram presentes ontem à entrega do título de administrador emérito de 1993 ao presidente do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão. Nesse processo, o setor privado estaria disposto, inclusive, a aceitar a instituição de um redutor negociado para os preços.

— Um redutor para as tarifas públicas é um caminho, e o setor privado também pode dar a sua cota de contribuição na área de preços. Mas o Governo deve ter em mente que o fator decisivo para se chegar à estabilização será a obtenção de um acordo com o Congresso para equilibrar suas despesas, o que pressupõe um ajuste fiscal, a redefinição de encargos entre a Federação e a equação das contas da Previdência — declarou Brandão.

O presidente do grupo Gradiente, Eugênio Staub, acredita que medidas como a aplicação de um redutor fazem parte do elenco de sucessivos choques negociados que o Governo pretende adotar. Mas ele alertou que a fixação de um redutor precisará respeitar toda a cadeia produtiva (tarifas públicas combinadas com os preços relativos do setor



Lázaro Brandão diz que o setor privado pode dar sua cota de contribuição

privado), além de incluir câmbio e salários.

— Na iniciativa privada, os salários não estão presos ao redutor, embora já haja lei dispondo a respeito — disse Staub.

Na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a prefixação negociada é vista com bons olhos. O presidente em exercício da entidade, Max Schrappe, disse que o redutor é uma boa idéia e poderia ter alguma eficácia nos setores oligopolizados. Celso Hahne, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais Plásticos, por sua vez, reconheceu que a fórmula já foi adotada com rela-

tivo sucesso anteriormente.

Avaliação diversa é a de Wolfgang Sauer, ex-presidente da Autolatina e atualmente consultor de várias empresas. Para ele, a discussão sobre um redutor para os preços, a partir das tarifas públicas, está muito limitada e pode resultar em novo fracasso se não se debruçar sobre custos de produção.

— Não é apenas o valor das tarifas que preocupa as empresas, mas a deterioração de alguns serviços públicos, como o de telecomunicações, que ajudam a encarecer a estrutura de preços do setor privado — comentou Sauer.

Nota oficial nega aplicação da medida

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem, através de nota oficial, que o Governo não estuda a aplicação de um redutor sobre preços e tarifas públicas. A nota tem endereço certo: as declarações do ministro da Indústria e do Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, defendendo o redutor. Na nota, o Ministério da Fazenda reafirma que “nenhuma medida está sendo cogitada nesta direção”.

A nota diz ainda que o objetivo do presidente Itamar Franco é fixar tarifas em função dos custos de produção, sem corrigi-las necessariamente acima da inflação. Ressalta que “nada disso implica regras impositivas sobre o mercado”.

A nota foi divulgada às 19h, depois de um dia tumultuado no mercado devido a declarações contraditórias entre os dois ministros. Ambos estiveram pela manhã com Itamar, mas Andrade Vieira negou que o assunto tivesse sido discutido durante o encontro. À tarde, após a reunião do Conselho Monetário Nacional, ele se esquivou da imprensa, avisando que já tinha dito tudo sobre o assunto. Admitiu, entretanto, ter conversado sobre o redutor com Fernando Henrique, se limitando a dizer que trocaram idéias.

Governo cortará despesas para facilitar desindexação

180

SERGIO LEO

O Governo deverá anunciar em outubro cortes duríssimos nas despesas públicas, que, ligadas ao programa de privatização, permitirão à equipe econômica começar uma discussão aberta sobre o programa de desindexação da economia, a “paulada” na inflação. O ministro Fernando Henrique Cardoso aposta na estabilização ou na queda da inflação a partir de outubro, o que facilitaria a adoção das medidas de desindexação da economia. No mês que vem, o Governo espera ter mais claro o processo de revisão constitucional e a discussão do Orçamento para 1994, dois pontos importantes na elaboração do plano de desindexação.

Embora não haja ainda consenso sobre a melhor alternativa para estancar os reajustes automáticos de preços, a proposta que mais tem ocupado as reuniões da equipe é a da dupla moeda, sugerida pelo negociador da dívida externa, André Lara Resende.

As condições para a queda,

ainda que tímida, da inflação estão sendo criadas gradativamente. Em outubro, o Governo mudará os critérios para o reajuste das tarifas públicas, acabando com o sistema de repasse automático da inflação. No caso da energia elétrica, o acordo firmado durante a gestão de Eliseu Resende garante às concessionárias aumentos reais de 8% ao mês, com pressões consideráveis sobre a inflação. A partir de outubro, o Governo exigirá das estatais planilhas de custos para autorizar aumentos.

Os efeitos da nova política de tarifas públicas poderiam ser reforçados com a negociação de um redutor de preços com os principais setores da economia, em especial os oligopólios, o que é defendido pelos ministros Andrade Vieira e Walter Barelli.

Para a queda da inflação, o Governo conta ainda com o final da entressafra. Os preços dos produtos agrícolas têm exercido forte pressão nos últimos meses, mas a equipe econômica acha que a partir de outubro o mercado estará mais equilibrado.